



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

NÃO SE GOVERNA SEM HISTÓRIA

“Aqui também podemos afirmar que não se governa sem História e sem historiadores. E nós, os brasileiros, podemos dizê-lo melhor do que ninguém, pois, pacificamente, nenhum país cresceu mais do que o nosso, pela pesquisa e análise de nossos historiadores, que aí está bem viva a mão de Rio Branco riscando o mapa definitivo do Brasil.”

TESTEMUNHAM estes austeros assoalhos de um tempo que já se foi não ser fato novo, ao longo dos 138 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a presença do Chefe de Estado. Dizem os anais que Pedro II aqui esteve mais de meio milhar de vezes e essa presença foi tão íntima que sua cadeira se fez cativa depois da queda do Império e além de sua morte.

Posto que a República tornou tradição investir o Presidente na Presidência de Honra do Instituto, aqui me encontro, também, levando adiante o caminho desses homens providenciais que foram HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO e ARTHUR DA COSTA E SILVA.

Mas não vejo na tradição o traço mais visível de minha vinda, senão que sinto, na honra que o Instituto me concede, a visualização inteira do vínculo entre História, Geografia e Poder.

É que os objetivos para os quais se dirige uma sistematizada política de governo se configuraram à luz espaço-temporal, daí exercerem os fatos geográficos e históricos ponderável influência na sua elaboração e condução.

A ninguém é lícito ignorar a importância da contribuição da Geografia no desenvolvimento nacional, de suas instituições docentes, culturais e executi-

vas e, muito menos, minimizar o papel dos homens que a fazem: professores, topógrafos, estatísticos, oceanógrafos, pesquisadores, censitários, servidores todos. Podemos mesmo dizer que não se governa sem Geografia e sem geógrafos.

Acaso se pode prever e prover sem mapas, sem dados, sem censo que mereçam fé, sem conhecer-se o solo, o subsolo, o sobre-solo e o submar? Como pode um país continente, como o nosso Brasil, encontrar o seu destino sem conhecer, a fundo, a sua base física, sem conhecer a sua base humana?

O desenvolvimento de nossa infra-estrutura econômica depende do conhecimento de nossa Geografia. Não quero referir-me, apenas, à fome que o Brasil tem de geólogos, de meteorologistas, de cartógrafos, de estatísticos, mas também à influência dos estudos demográficos sobre as formulações da política nacional.

Não pode o homem público brasileiro copiar linhas de ação político-administrativas aos povos de crescimento populacional gradual e controlado se a nossa realidade é a explosão demográfica.

Se os brasileiros somos hoje três vezes mais do que éramos nos meus vinte anos e é assim evidente a nossa juventude demográfica, o Brasil não pode ser governado de maneira semelhante às nações mais amadurecidas ou envelhecidas. Quem fala em nação demograficamente jovem, logo vislumbra a minoria economicamente ativa, em contraste com o imenso contingente em que o consumo supera a produção.

Isso implica a realização de verdadeiros investimentos demográficos, em que, da renda nacional, se retirem, antecipadamente, os recursos necessários ao equilíbrio entre população ativa e passiva, que esse rápido crescimento populacional ameaça romper.

É preciso que também se tenha bem presente que o desenvolvimento de países em processo de explosão demográfica não prescinde de atrair créditos internacionais de ajuda e investimento ou de exportar riquezas naturais, visando ao aumento da renda nacional.

Entenda-se, neste passo, que violenta a nossa sensibilidade a terceira alternativa, que, iníqua, se sugere, de que deva o Estado tomar como seu o problema do controle da natalidade, quando convencidos estamos de que só lhe compete chegar à intimidade da família, pela educação, respeitado o inalienável poder decisório de cada qual.

A ninguém é lícito ignorar a importância da contribuição da História no desenvolvimento nacional, como instrumento de ação, na elucidação de temas e na definição de alternativas prospectivas, assim como no encontro de métodos de análise dos acontecimentos, que sirvam ao individual e ao coletivo.

Aqui também podemos afirmar que não se governa sem História e sem historiadores. E nós, os brasileiros, podemos dizê-lo melhor do que ninguém, pois, pacificamente, nenhum país cresceu mais do que o nosso, pela pesquisa e análise de nossos historiadores, que aí está bem viva a mão de Rio Branco riscando o mapa definitivo do Brasil.

Entendida a relevância dos estudos históricos e geográficos na problemática nacional, deve o homem público considerar a tensão existente, nos dois campos, entre tendências puramente científicas e as marcadamente pragmáticas, cuidando-se contra os excessos e as distorções a que estas últimas podem conduzir.

Veja-se, por exemplo, a que extremos levou o pragmatismo na Geografia, com o determinismo geográfico, o racismo, a teoria das zonas de influência e com a lei dos espaços crescentes, que RATZEL sintetizou na afirmação impudice de que: "Estados vitalmente fortes, com uma área de soberania limitada, são dominados por categórico imperativo político de dilatar seu território, pela colonização, pela união com outros Estados, ou pela conquista."

Veja-se que tais poluições do pensamento geográfico, fermentando especulações filosóficas, acabaram por levar muitas nações ao colonialismo e ao nazismo, e a humanidade, ao racismo e à guerra.

Veja-se a que extremos levou o pragmatismo na História, com o materialismo histórico que, não se contendo nos limites da técnica de direção do Estado, pretende-se instituir como lei a todas as gerações e a todos os povos, como instrumento fundamental da adoção de uma concepção de vida, que minorias ativas pretendem impor, pela alienação dos valores espirituais do homem, pela violentação do princípio de autodeterminação e pela pressão psicológica do terrorismo de requinte miliforme.

Ainda temos memória e indignação para a safra, em nosso país, da História engajada, de senso ultra-pragmático, a serviço da dialética marxista, vergando as verdades do passado ao peso dos interesses do presente, forjando uma "História Nova", dócil à ideologia que a História mesma provou repudiada sempre pelo povo brasileiro e recrutando, entre professores de História, o grupo de maior efeito multiplicador no processo de mobilização e contaminação da mente universitária brasileira.

Entendidos os radicalismos a que podem levar os excessos pragmatistas na Geografia e na Histó-

ria, é preciso que a mocidade vislumbre as imensas potencialidades que, num país assim em ascensão como este, se abrem à busca infatigável da verdade científica.

Para o geógrafo brasileiro, há todo um universo a revelar no sangue e no solo do homem deste país.

Para o historiador, há toda uma consciência cívica democrática, que se há de preservar e aperfeiçoar na análise autêntica dos fatos, solidarizando gerações. Creio mesmo em que governar é estabelecer a ponte entre o país que fomos e o país que seremos, sem que se deformem os valores essenciais da nacionalidade. Oportuno é dizer que o meu governo mede sua responsabilidade, com respeito à Geografia e à Estatística, pelo êxito da atuação da Fundação IBGE, no quadro de um sistema integrado: sistema estatístico-geográfico. Sua tarefa fundamental é produzir um elenco de dados, informações e estudos, que constituam suporte indispensável ao processo de formulação, implementação e acompanhamento da política nacional.

Dentro dessa ordem de idéias, considero prioritários o 8º Recenseamento Geral do Brasil, a dinamização do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, a criação do Banco de Dados e a aceleração do Plano Cartográfico Nacional.

Oportuno é dizer que esperamos, da História e dos historiadores, a sua contribuição para a instrumentação de nossa economia, de nossa sociologia, de nossa ciência política, de uma educação cívica e democrática brasileira, a sua contribuição para a evolução e o aprimoramento das instituições e dos homens, assim como para o fortalecimento do caráter nacional. Como amostragem dessa atitude, estamos empenhados em sensibilizar o povo para o trato do fato e do

vulto históricos e, no rumo desse incentivo, participamos, há bem pouco, da memorável inauguração do Parque Osório, com a transformação, da velha morada da grande lança de nosso povo no Império, em local de romaria popular, para a reminiscência, a recreação, o encontro cultural e até mesmo o turismo.

Novos parques históricos virão em outras latitudes; bem cedo o dos Guararapes; depois, talvez, quem sabe, Caxias, Bilac, Sampaio, Castro Alves.

Meu governo conta com as instituições docentes e culturais, ligadas à História, e especialmente com este Instituto, para o relevo maior da comemoração do sesquicentenário de nossa Independência, à maneira do que fez o Presidente Epitácio em 1922.

Trocando o efêmero de uma Exposição Internacional, pelo definitivo de uma construção universitária, pretendemos dar às comemorações projetadas o cunho da austeridade consentânea com as premências da educação e da cultura nacional.

Confio em Deus que até lá esteja ainda mais unida a família brasileira, para que 150 anos de vida independente sejam o retrato de um povo que, coeso e determinado, alcança, em verdade, a etapa superior de sua emancipação econômica.

Essa interação, que, junto à base física e à base humana, é o terceiro pilar indispensável à contribuição brasileira para o entendimento entre os povos, essa interação há de se fazer, imune a disciplinas de formigueiro, porque voltada para o objeto filosófico maior da essência do desenvolvimento espiritual do homem e para a construção da autêntica sociedade democrática.

(Discurso lido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 3-6-70).